

# EVOLUÇÃO E HISTÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

**Emerson Charnet<sup>1</sup>, Edna Maria Querido de Oliveira Chamon<sup>2</sup>, Gladis Camarini<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> UNITAU-Universidade de Taubaté/ Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Visconde do Rio Branco, 210 – Centro Taubaté - SP - Brasil - CEP. 12020-040, [emerson@charnet.com.br](mailto:emerson@charnet.com.br)

<sup>2</sup> UNITAU-Universidade de Taubaté/Professora Doutora do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua Visconde do Rio Branco, 210 – Centro Taubaté - SP - Brasil - CEP. 12020-040, [prppg@prppg.unitau.br](mailto:prppg@prppg.unitau.br)

<sup>3</sup> UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas/Professora Livre-docente, Cidade Universitária Zeferino Vaz s/n, distrito Barão Geraldo, CEP 13.083-970, Campinas-SP

**Resumo-** Este trabalho apresenta um relato sobre a evolução das organizações sem fins lucrativos de forma global, até a década de 60, e a sua evolução no Brasil a partir da década de 1960. A vontade humana de ajudar ao próximo é o que vem motivando a existência das organizações sem fins lucrativos, ações desta natureza possuem relatos de mais de 5.000 anos, em civilizações e culturas diversas. No Brasil, este tipo de instituição começa a ganhar alguma importância a partir da década de 1960, como resultado da ação de agências internacionais, quase sempre relacionadas a ações de direitos humanos. O movimento de consolidação das organizações não governamentais se dá em junho de 1992, com a realização no Rio de Janeiro do internacional “Forum Global”.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor, ONG, Sem fins lucrativos, Organizações, Instituições.

**Área do Conhecimento:** Ciências Humanas

## Introdução

De maneira geral, o que motiva as instituições do terceiro setor é a vontade humana de ajudar o próximo, sem querer uma contrapartida. Este tipo de atitude vem acontecendo há muito tempo, remontando há 5.000 anos, onde as primeiras civilizações egípcias desenvolveram um código moral com base na justiça social. Houve inclusive contribuição do próprio faraó para propiciar abrigo, pão e roupas para os pobres. No Império Romano também foram identificadas ações filantrópicas e sociais, não podendo ser diferente uma vez que a palavra “caridade” é de origem latina, derivada de caritas (amor ao próximo ou beneficência). A palavra filantropia tem sua origem na Grécia antiga e significa boa vontade com as pessoas (HUDSON, 1999).

Na Índia, aproximadamente 274-232 a.C., o imperador Asoka construiu instalações médicas, cavou poços e plantou árvores para o deleite do povo. Os profetas judeus também foram pioneiros na assistência social, pois trabalhavam pela justiça social, política e econômica, inclusive exercendo pressões sobre os governos da época. (HUDSON, 1999)

As práticas da caridade também sempre estiveram relacionadas ao crescimento das organizações religiosas. Os ensinamentos Judeus pregavam os direitos dos pobres. Nos primórdios das primeiras igrejas cristãs já existiam fundos de amparo aos pobres, viúvas, órfãos, enfermos e prisioneiros. Na cultura islâmica, a filantropia foi utilizada como motivadora para a construção de grandes hospitais, onde pacientes indigentes

recebiam 5 peças de ouro quando recebesse alta. (HUDSON, 1999).

Alguns dos dilemas que as modernas instituições sem fins lucrativos enfrentam hoje em dia datam de longa data. Hudson (1999) cita como exemplo, mosteiros medievais britânicos que distribuíam donativos indiscriminadamente, fomentando uma classe de mendigos profissionais o que, por conseguinte, contribuiu para o cancelamento do sistema de ajuda. A mesma coisa aconteceu quando hospitais destinados ao atendimento de pessoas carentes foram colocados a serviço dos mais abastados.

O desvio de curso pelas instituições também é antigo, pois em 1601 a rainha Elizabeth I aprovou uma lei sobre uso das doações de caridade, autorizando ao chanceler que investigasse o mau uso dos fundos de caridade. Esta lei elencava quais eram as atividades que podiam receber recursos para caridade. (HUDSON, 1999)

A partir da segunda metade do século XIX as organizações passaram a ser mais seletivas, no sentido de otimizarem seus recursos. Uma lei de 1.834, conhecida como Emenda dos Pobres, reduziu drasticamente o auxílio a pobreza pelo Estado. Em decorrência destas medidas, as instituições também passaram a ter critérios seletivos distinguindo os mais pobres, sem recurso algum, daqueles menos pobres, com possibilidade de ao menos sobreviverem. (HUDSON, 1999)

A partir da década de 1840 houve um aumento da intervenção do estado nos assuntos sociais, quando o governo passou a exercer um papel mais intensivo na educação. Conseqüentemente, foi estabelecido um dos princípios básicos da

atuação do Estado, que era o de assegurar padrões mínimos de educação. Estes padrões foram então, estendidos a vários outros serviços, tais como pensões, refeições escolares, seguros saúde e desemprego. (HUDSON, 1999)

Não obstante, segundo Hudson (1999) as organizações continuaram como principais provedoras de serviços assistenciais até 1948. A partir desta data há uma inversão de valores, uma vez que o estado aumenta sua participação nos setores assistenciais o papel do setor voluntário passa a ser percebido como complementar aos serviços do Estado, e não mais paralelo. A atuação do setor voluntário, foi então reduzido, na medida que o Estado assumia hospitais e outros serviços oferecendo atendimento mais completo e descentralizado. Neste momento da história, o terceiro setor passa atuar em segundo plano.

Porém, conforme citado por Hudson (1999) “a partir do início dos anos 60 o setor voluntário começou novamente a exercer influência à medida que novas necessidades eram identificadas e que novos meios de arrecadação foram estabelecidos. Sua importância não diminuiu desde aquela época.”

## **Materiais e Métodos**

Este trabalho tem o caráter de uma pesquisa exploratória, com o intuito de apresentar conceitos que podem ser utilizados, ou ainda servir de orientação, em outros estudos sobre o tema. Trata-se de uma pesquisa na base bibliográfica existente, buscando conhecer e aprofundar conhecimentos sobre a evolução histórica do Terceiro Setor.

A principal base bibliográfica deste trabalho são as pesquisas sobre ONGs efetuadas por Leilah Landim, que atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atuando principalmente nos seguintes temas: ONGs, Sociedade Civil, Trabalhadores sociais e Filantropia.

## **Discussão**

No Brasil, a evolução das instituições sem fins lucrativos fora sistematicamente pesquisada por Leilah Landim, em estudos sobre o desenvolvimento e surgimento do Terceiro Setor no Brasil. Estes estudos fundamentam-se principalmente na formação das ONGs. À época, Landim (1998) afirmava que ONG não estava no dicionário, no Aurélio não constava a expressão organização não governamental, ou a sigla ONG. Também não era termo definido em lei, uma vez que inexistia dispositivo jurídico que reconheça a classificação organização não governamental. (LANDIM, 1998)

A expressão ONG é antiga, tendo sido originada na ONU no pós-guerra sem muita utilização no Brasil, tanto em contextos políticos, como em contextos acadêmicos e sociológicos. Mas somente em tempos recentes vem ganhando notoriedade, aparecendo em jornais, virando tema de trabalhos acadêmicos e de debates nos meios intelectuais brasileiros. (LANDIM, 1993)

Para Leilah Landim (1998) o termo ONG deve ser pensado como uma categoria construída socialmente, podendo ser designada como um conjunto de organizações da sociedade civil com características peculiares. Porém, segundo Landim (1998), somente a partir da década de 1980, em decorrência de um investimento, por um conjunto específico de agentes e entidades, na afirmação de uma identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade, é que estas organizações obtiveram reconhecimento e visibilidade social, com a conseqüente consolidação do termo ONG.

No entanto, no contexto brasileiro durante as décadas de 1980-1990 o nome foi predominantemente usado para designar um conjunto determinado de organizações cuja origem remonta aos anos 1970, com a consolidação de sua história ao longo dos 1980. (LANDIM, 1998)

As agências globalizadoras de políticas de identidade que emergiram desde os anos 1960 nos Estados Unidos e Europa Ocidental, por terem características internacionais, também tiveram atuação no Brasil. Estas estavam ligadas, ainda que de forma fragmentada, a grupos de defesa de direitos específicos ou difusos: ambientalismo, mulheres, negros, portadores de HIV, povos indígenas, crianças e adolescentes, etc. (LANDIM, 1998)

As atuais ONGs começam então a existir em anos de regime militar. Seguem, portanto, as características da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com a modernização e a diversificação social do país e com a gestação de uma nova sociedade organizada, baseada em práticas e ideários de autonomia em relação ao Estado. Neste contexto a sociedade civil se confunde, inclusive, com oposição política. As organizações se consolidam na medida em que se constrói e fortalece um amplo e diversificado campo de associações na sociedade brasileira, principalmente a partir de meados dos anos 1970, seguindo progressivamente pelas décadas de 1980 e 1990. (LANDIM, 1998)

Estas organizações vão-se compondo como conjunto particular, nos anos 1970, onde partes destas convergem para ideais comuns e investe em um tipo de politização, institucionalização e profissionalização do seu trabalho. Portanto, conforme citado por Leilah Landim (1998), essas

organizações constroem sua identidade na distinção com relação a áreas que lhes são bem próximas, como o vasto campo da assistência privada tradicional, do chamado assistencialismo (dependente e parceiro antigo do Estado) e o das igrejas (final dos anos 1970 com a agregação de pessoas mais politizadas).

No final da década de 1970 essas entidades começam a receber em seus quadros os egressos de organizações e movimentos marxistas, pessoas que passaram pela prisão ou clandestinidade, ex-quadros de movimentos estudantis dos anos 1960 e exilados a partir de 1979. Os exilados carregavam consigo um capital acumulado em relações e um grande domínio do funcionamento dessas organizações internacionais. Traziam conhecimentos de instituições de diversos países, de diferentes naturezas, de seus papéis e possibilidades, de suas políticas internas e externas e, principalmente da complexidade das forças sociais e políticas destas organizações. (LANDIM, 1998)

Nos inícios dos anos 1980, as instituições consolidam-se e tornam-se um conjunto de organizações e agentes interligados, não só por suas propriedades e características, mas também pelo seu posicionamento no cenário nacional e internacional. Neste ínterim, uma vez institucionalizadas, começam as relações com as agências financiadoras. Isto exigiu esforços e tempo das organizações, obrigando à reformulação na sua economia interna, de seus quadros profissionais, “a re-desenhos institucionais e à re-elaborações de crenças e discursos sobre as especificidades desses profissionais da militância”. (LANDIM, 1998)

Ao final dos anos 1980, segundo Landim (1998) as organizações passam dos projetos de educação localizados (para grupos específicos) para os movimentos de maior abrangência. As organizações passam a atuar com projetos de capacitação, formação ou articulação, através da disseminação de idéias e fornecimento de apoios diversos - desde material até apoio jurídico.

No decorrer da década de 1990 a categoria ONG foi sendo inserida progressivamente nos espaços da mídia e nos debates do campo político brasileiros. As organizações também passaram a ser recorrentes enquanto objeto de teses e dissertações nas universidades. (LANDIM, 1998)

## Conclusão

Para Landim (1993 B), a consolidação das organizações não governamentais se dá em junho de 1992, com a realização no Rio de Janeiro do internacional “Forum Global” . Este encontro

definido por uns como “Conferência Paralela” à UNCED, por outros como “Conferência da Sociedade Civil Mundial”, indicando a variedade de disputas que permearam esse acontecimento composto por atores os mais diversificados e cuja base institucional foi uma enorme quantidade de entidades designadas pelo termo “ONGs”. Dada a grande repercussão deste evento na mídia, estas organizações passam então a ser de conhecimento do grande público, que até então desconhecia essas organizações “designadas por um estranho nome que define por negação, no qual podem, em princípio, caber muitas coisas diferentes”. (LANDIM, 1993 B)

O Terceiro Setor, portanto, emergiu no Brasil nos anos 1990 rapidamente se expandindo, mudando o conceito antes dominante do serviço social com base em organizações dedicadas à caridade e à filantropia. A principal evidência do êxito da atividade está na multiplicação de ONGs no país, prestando serviços ao público nas mais diversas áreas: saúde, educação, cultura, direitos civis, moradia, proteção ao meio ambiente desenvolvimento de pessoas. (ALVES, 2004)

## Referências

- ALVES, M.V.B. Nota do Editor. In: VOLTOLINI, R (ORGANIZADOR) Terceiro Setor – Planejamento e Gestão. 2 ed. São Paulo: SENAC, 2004. p. 7-8.
- HUDSON, M. Administrando Organizações do Terceiro Setor – O desafio de Administrar Sem Receita. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2004.
- LANDIM, L . Experiência Militante – Histórias das assim chamadas ONG’s. In: LANDIM, L . Ações em sociedade – militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU – Instituto de estudos da religião (ISER), 1998.
- LANDIM, L. A invenção das ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível. Tese de doutoramento. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. (B)
- LANDIM, L. Defining the Nonprofit Sector : Brazil. Working Papers of the Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project, no. 9, edited by Lester M. Salamon and Helmut K. Anheier. Baltimore: The Johns Hopkins Institute for Policy Studies, 1993.